

PIONEIROS DA PESQUISA HISTÓRICA EM PERNAMBUCO

Leonardo Dantas Silva

"A pesquisa histórica no Brasil nasceu com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro [1838]. Antes existe apenas a pesquisa individual, o trabalho de um ou outro estudioso, que tenta encontrar em arquivos nacionais ou estrangeiros peças novas que fundamentem os temas a desenvolver".

A afirmativa é de José Honório Rodrigues, in *A Pesquisa Histórica no Brasil*, 2 ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1969, p.37. A tese, porém, não faz justiça ao trabalho dos primeiros historiadores brasileiros que, mesmo antes da institucionalização da pesquisa por um Instituto Histórico do Rio de Janeiro, já vinham, desde o século XVIII, desenvolvendo suas pesquisas como fase preliminar dos seus estudos históricos. Utilizando-se de métodos e técnicas de pesquisa da época, percebe-se neles o real propósito de consulta das fontes primárias, sobretudo as manuscritas, recolhendo e analisando informações da história oral e da bibliografia disponível.

1. UMA HISTÓRIA PERNAMBUCANA

A preocupação com a existência de uma história regional chega ao início da segunda metade do século XIX, quando o articulista do *Diário de Pernambuco*, na secção de "Revista Diária", da edição de onze de outubro de 1861, faz a seguinte indagação:

Teremos uma história propriamente nossa, propriamente pernambucana?

E ele próprio responde à indagação:

Têmo-la sem dúvida. O que falta, porém, em grande parte, é fazê-la conhecer em suas fontes primitivas, desencavá-la, por assim dizer, dos depósitos de remotíssima data em que ela se acha encerrada, examiná-la, analisá-la em suas desenvolvimentos e fases diversas, e trazê-la com o auxílio da indagação filosófica e da cultura prática, à inteira luz da publicidade. Conservam-se na escrita os poucos livros bons que possuímos de história pátria: vive antes estampada em fatos, cuja maioria, em substância, nem é plenamente apreciada, nem verdadeiramente compreendida.

E, mais adiante, continua:

As antiguidades da nossa história, que tanto entendem com a própria vida social e política da nossa Província, e ainda com os ensaios de um existir remoto e primitivo, vão quase despercebidas, à falta de culto, de exame, de pesquisa, e até – diremos mesmo – de tradições e monumentos. As tradições não deixam de existir, é certo, mas são, porventura, como a letra morta, e parecem nulificar-se por si mesmas, atento o pouco ou antes nenhum desejo e incentivo que há em mantê-las e deixá-las com vida. Em tal caso, fora bem útil e de suma conveniência a criação, nesta capital, de uma sociedade especial e unicamente destinada a promover o estudo das antiguidades, na parte que respeita a história da nossa Província, propriamente dita. Essa sociedade, que assumiria com razão o título de – *sociedade dos antiquários de Pernambuco* – poderia e deveria mesmo ter por fim investigar com critério e reflexão nas muitas fontes da nossa particularíssima história, explorar essas várias minas de erudição e de notícias que jazem quase em dissolução, no fundo dos cartórios, dos arquivos, das bibliotecas, e, quem sabe?, nos esconderijos de algumas corporação antiga, de algumas livrarias silenciosas, pelo descuido e incúria egoística dos respectivos donos.

2. FREI JABOATÃO E OUTROS PIONEIROS

Em Pernambuco, os estudos históricos têm início no século XVIII, ocasião em que, segundo revela José Antônio Gonsalves de Mello, “surge o empenho de buscar a verdade histórica e os primeiros historiadores dedicam-se à pesquisa como fase preliminar de seus estudos; uns mais outros menos, sente-se neles o propósito deliberado de ir às fontes manuscritas, de utilizar a bibliografia disponível sobre o passado brasileiro e de avaliar as informações recolhidas” (in Pesquisa histórica e historiografia em Pernambuco, *Arrecifes*, n. 5, p. 15/21. Recife, Conselho Municipal de Cultura, 1992).

É do século XVIII, o surgimento da obra de três grandes pioneiros da pesquisa histórica: frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779), D. Domingos do Loreto Couto (c. 1696 - c. 1762) e Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca (1718-1786). O primeiro, na opinião da mesma fonte, quando da elaboração do seu *Orbe Novo Seráfico Brasílico*, editado parcialmente em 1761, utiliza-se dos arquivos da Província Franciscana a que pertencia, bem como da Província de São Bento, além de ampla bibliografia, revelando-se dos três o mais erudito. O segundo, menos indagador, é autor de *Desagravos do Brasil Glórias de Pernambuco*, onde se revela informes da história oral, obtidos de pessoas mais idosas, e manuscritos diversos; parece ter consultado os originais da *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador OFM, ainda inédita, e livros portugueses dos séculos XVII e XVIII. O terceiro, autor de *Nobiliarquia Pernambucana*, revelando-se genealogista e não um historiador foi, por mais de trinta anos, um cuidadoso pesquisador de informações sobre o nosso passado. Segundo a mesma fonte, “é [ele] dos primeiros genealogistas a desprezar notícias fornecidas por ‘tias velhas’ e ir diretamente às fontes seguras de documentação cartorial e paroquial, tendo conseguido reunir os primeiros textos genealógicos redigidos após a Restauração Pernambucana de 1654”.

Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, nascido em dia e mês não precisos de 1695, portanto há 300 anos, era natural da freguesia de Santo Amaro do Jaboatão em Pernambuco. Ingressou para a Ordem Franciscana em 1716 e, no ano seguinte recebia ordens no Convento de Santo Antônio de Paraguaçu, na Bahia. Concluindo os seus estudos em 1725, retornou ao Recife onde dedicou-se à vida religiosa de pregador. Seu primeiro sermão que se conservou registro data de 1730 na Capela da Boa Viagem,

na praia da Candelária, freguesia do Jaboatão.

É grande a relação dos seus sermões que vieram alcançar as honras do prelo, alguns deles desconhecidos por bibliógrafos como Rubens Borba de Moraes, Sacramento Blake e o próprio Inocêncio Francisco da Silva. Na “ Coleção da Miscelânea” da Universidade de Coimbra (Portugal), pode-se encontrar vários deles não relacionados nas obras dos bibliógrafos citados. O seu mais importante trabalho é o *Orbe Seráfico Novo Brasilico*, editado em Lisboa em 1761, na oficina de Antônio Vicente da Silva.

Na elaboração de sua obra, Jaboatão consultou toda a bibliografia existente até pouco antes de 1758, num total de cerca de trinta títulos. Mas não foi só um compilador de fontes impressas, trabalhou ativamente em fontes manuscritas recolhidas de vários arquivos públicos e religiosos de Pernambuco, da Bahia, da Paraíba, de Sergipe. Consultou exaustivamente o Cartório da Província Franciscana em Salvador, bem como os Livros de Tombo dos Mosteiros Beneditinos de Olinda e da Bahia, da Câmara Municipal de Salvador, o Livro de Acórdãos da Misericórdia de Olinda, os arquivos dos Conventos Franciscanos da Paraíba, de Ipojuca e um manuscrito da *História do Brasil* do frei Vicente do Salvador, somente impressa em 1889, além de outros papéis, bem como depoimentos de confrades franciscanos.

Sobre as suas pesquisas com base na história oral, ele próprio esclarece : “a nossa obrigação é escrever não só o que dizem os assentos dos Arquivos da Província, mas também o que ouvimos por tradição dos velhos e antigos Padres dela, que é outro modo de arquivo, a que se deve a mesma fé e crédito” (II p.342); e às vezes oferece o seu próprio depoimento (II, p.387).

A obra de Jaboatão só veio a ser reeditada em 1858, sob o patrocínio do Instituto Histórico Brasileiro, reunindo os dois primeiros volumes da primeira edição de 1761 e a continuação de sua obra ainda inédita, chamada de “Parte Segunda”.

A propósito dos estudos históricos daqueles três historiadores, pioneiros da Pesquisa Histórica em Pernambuco, observa José Antônio Gonsalves de Mello:

A geração que a deles seguiu não conheceu continuadores desses pioneiros. O exame da correspondência da Corte para os governadores de Pernambuco, empreendida por Francisco

de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, falecido em 1817, não despertou nele maior esforço do que um *Catálogo das Reais Ordens* (manuscrito concluído em 1800), que visa antes à administração civil do que à História. O padre João José Saldanha Marinho (1755-1824) é apontado como “assíduo investigador das antiguidades da Província e autor de uma *História da Igreja Pernambucana*”, nunca publicada. O bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, o recifense Francisco Soares Mariz (c. 1760-1819) redigiu as *Instituições Canônico-Pátrias para uso do Clero Pernambucano*, das quais o livro primeiro, dos seis que deviam formar o conjunto da obra, foi publicado postumamente (Rio de Janeiro, 1822), sem contribuição maior. (Cogitou-se em 1844 da reedição da obra: ver *Diário de Pernambuco* de 16.3.1844). A relação dos livros que compunham a biblioteca do autor, numerosa para um particular, constante do inventário *post mortem*, não revela interesse pela história luso-brasileira da parte dele. Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1779-1825) é autor de um manuscrito de uma *História da Província de Pernambuco*, que infelizmente não se conservou; pelas referências históricas constantes das suas obras, o livro desaparecido seria uma interpretação ‘engajada’, do ponto de vista político, do passado pernambucano.

3. A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA

Francisco Augusto Pereira da Costa (1851-1923), in *Anais Pernambucanos*, volume IX p. 255 e seguintes, nos dá notícia da criação, em 20 de fevereiro de 1827, de uma “Comissão de História e Antiguidades da Província de Pernambuco” para a qual foram nomeados o Dr. Bernardo Luís Ferreira, Frei Inácio de São Francisco Xavier OSB, João Francisco Bastos, Frei Miguel Joaquim Pegado, Frei Carlos de São José, Dr. Manuel Inácio de Carvalho e João Carneiro da Cunha. Dessa Comissão, criada pelo presidente da Província Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, depois Visconde de Suassuna, não se tem notícia de qualquer trabalho ou providências outras.

É do próprio Pereira da Costa a tentativa de levantamento cronológico da pesquisa histórica em terras pernambucanas, citando para isso o *Catálogo das Reais Ordens existentes no arquivo da extinta Provedoria da Fazenda Real de Pernambuco*, elaborado por Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti, já aqui referido, manuscrito do qual ele possuía uma cópia. – A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui no seu acervo três exemplares, no Recife disponho de uma cópia recente deste original elaborada e corrigida pelo Prof. José Antônio Gonsalves de Mello, hoje à espera de um mecenato para realizarmos a sua primeira edição.

Diz Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti no seu *Catálogo*:

Com a invasão holandesa, a cidade de Olinda, então vila, e metrópole da capitania, foi reduzida a cinzas com os seus cartórios e arquivos; o donatário escapou fugindo para a Bahia, de onde passou a Lisboa com os papéis de sua secretaria, da qual, depois da restauração vieram alguns títulos, extraídos do arquivo do Excelentíssimo Conde de Vimioso, hoje (1799), Marquês de Valença, que lhe sucedeu; e finalmente da Torre do Tombo, para onde passaram depois da composição porque foi unida esta capitania à real coroa portuguesa.

Pereira da Costa informa ainda da criação, em 1658, do lugar de cronista da América, exercido inicialmente por Dr. Diogo Gomes Carneiro, sendo depois circunscrito ao Estado do Brasil, cargo para o qual fora nomeado aquele mesmo funcionário pela Provisão de 1º de junho de 1661, “facultando-se-lhe para bem desempenhar a sua missão os documentos que necessitasse do arquivo nacional da Torre do Tombo, e de outras repartições do reino e das possessões ultramarinas, onde houvesse e fosse requisitado” (*Anais* v. III p. 464).

José Antônio Gonsalves de Mello, em artigo publicado na *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. LVIII, Recife 1993, nos traz novos informes sobre este nosso cronista, inclusive a transcrição de um pequeno texto sobre a história da capitania de Pernambuco, em forma de certidão datada de 25 de janeiro de 1673, conservada no processo reivindicatório da Condessa de Vimioso, filha do donatário Duarte de Albuquerque Coelho, intentado contra a Coroa que mandara incorporar a capitania ao patrimônio régio.

Vale observar que, durante a guerra holandesa (1630-54), já existia a função de cronista oficial, sendo conhecidos os trabalhos de Duarte de Albuquerque Coelho, *Memórias Diárias da Guerra no Brasil* (Recife: Fundação de Cultura, 1981), e Diogo Lopes Santiago, *História da Guerra de Pernambuco* (Recife: Fundarpe, 1983).

Também as ordens religiosas possuíam os seus cronistas, sendo notável o trabalho já citado do Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, realizado ainda no século XVIII. José Antônio Gonsalves de Mello, em artigo publicado no livro comemorativo *Benedictinos em Olinda - 400 anos* (Recife: Sanbra, 1986), descreve o trabalho dos seus cronistas a partir do século XVIII e da luta de alguns abades em preservar tão rico acervo de documentos de nossa história colonial.

Os acontecimentos que culminaram com a proclamação da República de Pernambuco de 6 de março de 1817, seguindo-se da Confederação do Equador de 1824, vieram a despertar o interesse dos pernambucanos para a sua História, estando sempre presente o ideário da Restauração Pernambucana de 1654 e a presença da tetrarquia formadora do panteão pernambucano, representada nas figuras de André Vidal de Negreiros, João Fernandes Vieira, Felipe Camarão e Henrique Dias. Nesta ordem eram os nomes dos restauradores de Pernambuco invocados, como uma aliança inter-racial que expulsara os holandeses e, doravante, viria completar sua missão histórica com a expulsão dos portugueses. Lembra Evaldo Cabral de Mello que Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, no editorial de estréia do seu jornal, *O Typhis Pernambucano*, “colocava a nova fase da luta nativista sob a égide dos restauradores” (*Rubro veio p. 195 Rio, 1986*).

Neste sentido, o *Diario de Pernambuco* de 17 de novembro de 1836, na secção “Avisos Particulares”, convida os possuidores de manuscritos “que fazem parte da história pernambucana, e mesmo de outros científicos para que, querendo vendê-los ou dá-los a imprimir, mediante um número de exemplares, dirijam-se à mesma oficina, ou à loja de livros nº 37 e 38 da Praça da Independência”.

No ano seguinte, a 16 de setembro, o mesmo jornal anuncia a existência de uma Sociedade de Literatos Pernambucanos que tinha por objetivo “escrever a História desta heróica Província, desde o seu descobrimento até os nossos dias. A mesma Sociedade roga aos seus concidadãos que tiverem alguns documentos, memoriais etc., relativamente a este objeto, se dignem de os emprestar, entregando-os na loja de livros

nº 37 e 38 da Praça da Independência, onde se lhes dará um recibo do que se dignarem emprestar, para lhes ser entregue, ficando certo qualquer que tal favor fizer, que terá grátis um exemplar da mesma História”.

A anunciada história não chegou a ser publicada, mas se depreende, segundo observa José Antônio Gonsalves de Mello no artigo citado, “que o interesse pela documentação era real, pode comprovar-se pela proposição feita na Assembléia Provincial, pelo Deputado Padre Lopes Gama, em 1838, no sentido da publicação dos preciosos *Inventários das armas e dos prédios existentes no Recife quando da Restauração de 1654*, o que realmente se fez no ano seguinte”.

Data de 16 de setembro de 1840 o aparecimento da obra de José Bernardo Fernandes Gama, *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, segundo noticia o *Diário de Pernambuco* daquela data. O tomo primeiro abordava o período compreendido entre o descobrimento e a primeira fase da guerra holandesa (1635), sendo vendido ao preço de 2\$500 réis na loja de livros da Praça da Independência, obedecendo ao plano editorial já anunciado pelo mesmo jornal, em sua edição de 20 de março do mesmo ano.

O aparecimento do primeiro volume da obra de Fernandes Gama logo desperta as críticas de um “Curioso”, na verdade o Dr. Joaquim de Aquino Fonseca, segundo ele próprio vem a revelar no *Diário de Pernambuco* de 13 de dezembro de 1859. As críticas de “O Curioso” foram publicadas, pela primeira vez, por aquele jornal em sua edição de 23 de setembro de 1840, sendo respondidas pelo autor em 30 do mesmo mês em correspondência publicada no mesmo periódico. “O Curioso” continuou com suas críticas, publicando-as nas edições de 2 de outubro e 3 de outubro, que a 5 de outubro do mesmo ano de 1840 vieram a ser respondidas por Fernandes Gama.

O primeiro volume das *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, porém, veio tornar-se obra de invulgar raridade em face de os exemplares, impressos da Tipografia de M. F. de Faria, terem sido transformados em papel de embrulho (*Diário de Pernambuco* 30.3.1842), conforme revela José Antônio Gonsalves de Mello ele próprio possuidor de um desses exemplares. As *Memórias Históricas* vieram a ter em 1844 uma nova edição do seu primeiro volume (bastante modificado), seguindo-se de três outros editados em 1844 e 1847 (havendo exemplares do 4º volume datado de 1848). O quinto volume, porém, anunciado pelo *Diário de Pernambuco* em sua edição de 19 de

julho de 1844, nunca chegou a ser impresso.

4. OS ARQUIVOS DA PROVÍNCIA

São das décadas de 1840-50 o surgimento dos trabalhos históricos escritos pelo general José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869), *Compêndio de História do Brasil* (1843) e *Sinopsis ou Dedução Cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil* (1846); Padre Lino do Monte Carmelo Luna, *Memória Histórica e Biográfica do Clero Pernambucano* (1857), e Antônio Joaquim de Mello, autor da obra *Biografias de alguns Poetas e Homens Ilustres da Província de Pernambuco* (1856-58), publicada em três volumes no Recife pela Typographia Universal; este último também responsável pela publicação das *Obras políticas e literárias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca*. Recife: Typographia Mercantil, 1875 620 p.

Em 1857 o Governo da província anuncia a reorganização do Arquivo da Secretaria do Governo que vinha de 1654, quando da extinção do governo donatário, tendo para isso adquirido novas estantes onde seus livros foram “arrumados e classificados alfabeticamente por datas em prateleiras numeradas” [...] “Por essa classificação se conhece que o arquivo possui 833 livros de ofícios originais, dos quais os mais antigos são de 1693 (ordens régias); 442 livros de registros de ofícios dirigidos pelo governo da Província a todas as autoridades, sendo os mais antigos de 1686; e que tem mais de 6.237 impressos, contendo a legislação brasileira, geral e provincial; relatórios dos ministros de estado e presidentes de província ditos de diversos chefes de repartições provinciais, e muitos avulsos sobre diversos assuntos”. (*Diário de Pernambuco* 22.10.1857).

Trinta anos depois, em seu *Relatório* de 12 de junho de 1886 sobre a situação de arquivos e bibliotecas de Pernambuco, Francisco Augusto Pereira da Costa (Recife, Tipografia de Manuel Figueiroa e Faria & Filhos, 1886. 10 p.), nos dá notícia da situação calamitosa daquele Arquivo da Secretaria do Governo, acrescentando:

... encontra-se consideravelmente desfalcado, reduzido mesmo, com a retirada de uma grande parte incorporada à Biblioteca Pública, onde permanece em completo desprezo, abandono mesmo, e condenada a uma perda irremediável, próxima, e cujos livros de preciosos manuscritos, em grande

parte originais, se viam, até bem pouco tempo, aos montões, atirados ao chão; uma outra grande parte, considerável mesmo, atacada do cupim, foi incinerada, perdendo-se assim, notadamente, grande cópia dos livros de avisos originais dos ministérios, o que tudo desapareceu pelo prurido de mal entendidas economias de um Governador de Estado, que extinguiu os lugares dos dois únicos serventes que cuidavam da conservação do arquivo, que destarte ficou entregue ao mais completo abandono; e cujos danos iriam mesmo muito mais longe, se fosse cumprida uma ordem absurda do secretário-geral daquele governador, mandando queimar todos os livros e papéis do arquivo que chegassem até o ano de 1829, deixando apenas ficar os que decorressem de 1830 em diante !!!! (*Anais* v. IX p. 265).

O arquivo da Secretaria do Governo passou a constituir, a partir de 1945, no Arquivo Público Estadual de Pernambuco, localizado no próprio Palácio do Campo das Princesas até 1975, quando foi transferido para o prédio antes ocupado, até 5 de março de 1971, pela Biblioteca Pública, na Rua do Imperador. Nesta ocasião foi incorporando ao seu acervo a documentação manuscrita e a hemeroteca que antes pertencia à Biblioteca Pública do Estado. "Entretanto, observa José Antônio Gonsalves de Mello, o muito que se perdeu no decorrer de tantos anos e ao longo de tantas mudanças da sede do governo de Pernambuco – de Olinda para o Recife e, depois, no próprio Recife – pode avaliar-se pelo que consta do trabalho mandado realizar em 1746-1749 pelo conde dos Arcos, D. Marcos Noronha, ao tempo em que administrava esta Capitania." (Introdução à 2ª ed. de *Anais Pernambucanos* v. I Recife, 1983).

A documentação contida nos arquivos das províncias foi objeto de cobiça por parte da Corte que determinou, por diversas vezes, o recolhimento de tais manuscritos ao Arquivo Público do Império. Informa José Antônio Gonsalves de Mello (art. cit.):

Em 1844, o Ministério do Império, por Aviso de 9 de março, dirigido ao Presidente da Província, expunha e determinava que 'sendo necessário providenciar para que os documentos que podem interessar à nossa História e se acham disseminados pelas diversas Repartições das Províncias não

desapareçam completamente, se inutilizem por falta de cuidado, que se faz indispensável para a sua conservação. Manda Sua Majestade o Imperador que V. Exa. remeta a esta Secretaria de Estado todos aqueles que tratam os § 5º, 6º e 8º do artigo 6º do Regulamento nº 2, de 2 de janeiro de 1838 e que existem nos arquivos dessa Província pertencentes ao Governo; e procure com desvelo obter também aqueles que existirem nos de quaisquer corporações e ainda mesmo em mãos de particulares, entendendo-se para isso com os respectivos possuidores, que, sem dúvida, não deixarão de os prestar, sendo por V. Exa. convenientemente solicitados, a fim de serem tais documentos recolhidos ao Arquivo Público do Império', Aviso cujo pronto cumprimento foi recomendado por outro de 11 de dezembro de 1844; ver *Diario de Pernambuco* de 17.1.1845.

Em 1852, esteve no Recife o bacharel Antônio Gonçalves Dias, o grande poeta maranhense cantor do *Timbiras*, com o objetivo de “examinar se nas bibliotecas e nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas existem alguns documentos” de interesse do Arquivo Público do Império, (*Diario de Pernambuco* 23.1.1852). As ordens, a exemplo de outras ocasiões, não foram cumpridas em sua plenitude, daí podermos contar com alguns documentos que restaram após tantos atentados cometidos à Memória Nacional em Pernambuco, como também em outras partes deste Brasil.

É possível que a documentação pernambucana, sob a guarda do Arquivo Público do Império, no Rio de Janeiro, viesse a ser melhor preservada durante todos esses anos, protegida do abandono a que veio a ser relegada por parte de nossas autoridades. Já em 1858, em sua edição de 19 de junho, um articulista do *Diario de Pernambuco* diz ser “deplorável o estado em que se acham as bibliotecas e outras coisas pertencentes a alguns mosteiros e conventos do nosso país”. No mesmo jornal, na edição de 20 de fevereiro de 1860, Antônio Torres Bandeira (1826-72) propõe a criação de um *Arquivo Público* onde se “poderiam entesourar, como numa espécie de repositório, tudo quanto fosse de imediato proveito, sob aspecto histórico, e até seria indispensável que aí mesmo se depositassem, colocados em diferentes seções, regularmente organizados, todos os papéis de interesse público”... A sugestão, porém, teria que esperar 85 anos para se tornar realidade.

5. O INSTITUTO ARQUEOLÓGICO

No início da segunda metade do século XIX, o ambiente do Recife já se tornara propício ao desenvolvimento dos estudos históricos, mesmo de uma pesquisa histórica sistemática. Vem desta época a sugestão de Antônio Rangel Torres Bandeira, que sucedera Antônio Pedro de Figueiredo na secção “A Carteira” do *Diario de Pernambuco*, exposta na edição de 27 de fevereiro de 1860, objetivando a criação de um Instituto Histórico e Geográfico ao lado de um Arquivo Público: “O Instituto, como o conhecemos, seria um passo demais, porém um passo seguro, no progresso moral e natural da Província, à que pertencemos. Assim como o *Arquivo Público*, esse estabelecimento abriria em seu próprio seio um manancial fecundíssimo às inteligências, que o houvessem de percorrer férvidas e animadas dos melhores desejos: e ambas as instituições, bem que de forma e de origem diversas, harmonizar-se-iam perfeitamente no plano de melhoramento, que ambas podem levar ao seu *ultimatum*”.

O mesmo articulista volta ao tema, na edição de 5 de março de 1860 do mesmo jornal, dizendo das necessidades e vantagens da criação de um Instituto Histórico e Geográfico, sugerindo ainda, no mesmo artigo, a criação de um *Gabinete Literário*. Reconhece a existência e utilidade do Gabinete Português de Leitura (1851), não fazendo qualquer alusão à Biblioteca Pública. Esta última, criada pela Lei Provincial nº 298, de 5 de março de 1852, inaugurada em 19 de agosto do mesmo ano, funcionando inicialmente no Liceu Pernambucano que, por sua vez, ocupava parte das dependências do Hospital do Paraíso. A Biblioteca Pública Provincial tem sua origem na *Academia do Paraíso*, dirigida entre 1802 e 1817 pelo padre João Ribeiro Pessoa de Melo Montenegro, sendo depois sucedida pelo Gabinete Literário Pernambucano, que funcionou entre 1839 e 1850, herdando deste último parte do seu acervo (*Diario de Pernambuco* 26.11.1850).

As sugestões de Antônio Rangel de Torres Bandeira vieram a ter acolhida e o *Diario de Pernambuco*, em seu editorial de 11 de outubro de 1861, vem defender a fundação de uma Sociedade de Antiquários destinada “a promover o estudo das antiguidades, na parte que respeita à história da nossa Província, propriamente dita”. Na sua edição de 23 do mesmo mês, lembra que “a idéia que aventamos acerca da *Sociedade dos Antiquários da Província de Pernambuco*, é uma das lembranças

que, pelo fundo patriótico nela implícito não pode deixar de passar todo terreno das probabilidades para aquele da execução efetiva”.

Em sua edição de 22 de janeiro de 1862 o *Diario de Pernambuco* anuncia a criação de uma sociedade de antiquários: “O dia 28 do corrente, aniversário da restauração desta província do jugo holandês, tem de presenciar esta festa com a instalação da referida sociedade no salão do convento do Carmo, ocupado pela Biblioteca Provincial e assim o sol desse dia tem daqui por diante de representar mais uma conquista, em que não desmerecerão os netos dos avós”.

A 28 de janeiro, conforme anunciara o jornal, foi fundada a nova associação sob o título Sociedade Arqueológica Pernambucana, abandonando a sugestão do articulista, inspirado numa *Society of Antiquaries* existente em Londres desde o século XVIII, por outra de influência francesa. Assim surgiu a Sociedade Arqueológica Pernambucana, entendendo-se como arqueologia o estudo das antiguidades. A denominação foi logo substituída por Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano e, já no início deste século por proposta de Mário Melo (1920), passou à denominação de Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano (*Revista* v. XXII p. 73-86).

Por iniciativa desta nova instituição, como centro de estudos e pesquisas históricas, foi iniciada a seleção e cópia da documentação conservada nos arquivos holandeses, então incorporada ao Arquivo Geral do Reino dos Países Baixos, em Haia, que havia pertencido ao acervo da Companhia das Índias Ocidentais, que por vinte e quatro anos ocupou o território hoje conhecido como o Nordeste do Brasil. Para isso foi designado o pesquisador José Hygino Duarte Pereira, responsável pela coleção de documentos relativos à presença holandesa no Norte do Brasil, cujo relatório é publicado na edição do *Diario de Pernambuco* de 12 de fevereiro de 1886. A Coleção José Higinio, com os seus 18 volumes e papéis avulsos, como veio a ser chamada, hoje integra o acervo deste Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, à espera também de um mecenato que vise a sua microfilmagem, catalogação e possível publicação.

E também desta época o relatório de Francisco Augusto Pereira da Costa sobre a situação dos arquivos e bibliotecas dos conventos e ordens religiosas, datado de 2 de março de 1886, publicado no *Diario de Pernambuco* em 2 de setembro do mesmo ano.

Sobre a criação do Instituto Arqueológico, assim comenta José

Antônio Gonsalves de Mello (Introdução ao v. I de *Anais Pernambucanos*. 2ª ed. Recife, 1983):

Embora de iniciativa de pessoas ligadas ao partido Liberal, o Instituto reuniu, sem distinção política, numeroso grupo de interessados no estudo da história pernambucana e recrutava a quantos surgiam com o mesmo interesse. Tal foi o caso do jovem Francisco Augusto Pereira da Costa que, tendo oferecido ao Instituto seus estudos históricos publicados em 1875 e 1876 no *Jornal do Recife* e *Jornal da Tarde* foi eleito sócio em 24 de maio de 1876, tendo tomado posse em 1º de junho do mesmo ano, lendo um discurso que causou considerável polêmica no próprio Instituto e na imprensa.

6. A PESQUISA HISTÓRICA EM NOSSOS DIAS

Sob a égide do Instituto Arqueológico, Pereira da Costa (1851-1923) e Alfredo de Carvalho (1870-1916) desenvolveram importantes estudos, alguns deles publicados na coleção de sua *Revista*, que teve sua publicação iniciada em 1863 e chega até os nossos dias como um dos mais importantes repositórios dos estudos históricos em Pernambuco, se transformando em fonte de consulta obrigatória de todos os que se interessam pelo passado das capitanias no Norte do Brasil.

Nos dias atuais a pesquisa histórica em Pernambuco tem como seu representante máximo a figura do historiador maior de todos os tempos. Refiro-me a José Antônio Gonsalves de Mello, aqui tantas vezes citado. Ainda jovem, compulsando de forma exaustiva a documentação recolhida por José Hygino Duarte Pereira na Holanda entre 1885-1886, pôde ele fazer sua estréia nas letras históricas com a obra que já nasceu clássica: *Tempo dos Flamengos - Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio, José Olympio, 1947.

A sua atuação no campo da historiografia nacional foi recentemente exaltada pelo Professor Pedro Puntoni, em artigo sobre a sua obra publicado no nº 35 da *Revista Novos Estudos* (São Paulo, CEBRAP, 1993), no qual faz uma análise crítica a grande parte de sua obra. Com as suas pesquisas realizadas nos arquivos dos Países Baixos, Portugal, Espanha e Grã-Bretanha, pôde reunir o mais notável acervo de documentos históricos já reunidos pelo Brasil em uma Universidade; fato comprovado por José

Honório Rodrigues em seu livro *A Pesquisa Histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais*. 4 ed. São Paulo. Editora Nacional, 1982.

Referia-se seu autor à coleção de 60.000 documentos do antigo Instituto de Ciências do Homem da Universidade Federal de Pernambuco, dirigido por José Antônio Gonsalves de Mello entre 1964-1969, acervo que hoje integra o Departamento de História daquele centro de ensino universitário; só dos Arquivos Portugueses foram copiados 51.874 fotogramas, ao preço de 103.748 escudos, além de uma coletânea de mapas das capitâneas do Norte, cidades e monumentos do Nordeste brasileiro, especialmente copiados em aquarelas pela artista portuguesa Isabel Sangareau da Fonseca em 1952.

Não somente os arquivos da Europa merecem a sua atenção, numa continuidade ao trabalho iniciado por José Hygino Duarte Pereira, mas também, e principalmente, os arquivos públicos estaduais, as listas dos reservados da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e da Biblioteca Nacional de Lisboa, os arquivos das irmandades religiosas, os arquivos notariais, os arquivos de sociedades civis, as coleções de jornais e sobretudo os arquivos do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro.

Utilizando-se, na maioria das vezes, dos seus próprios recursos, vem ele realizando trabalho sem precedentes em favor da história social do Norte do Brasil, desde os primórdios da colonização até o final do século XIX. Grande parte do produto dessa vida dedicada à pesquisa faz parte da invejável bibliografia de trinta títulos, além de contribuições outras em revistas, jornais e obras compendiadas publicadas no Brasil e no exterior, hoje relacionados no opúsculo *José Antônio Gonsalves de Mello - Cronologia e bibliografia*, elaborado pela bibliotecária Lúcia Maria Coelho de Oliveira Gaspar, da Fundação Joaquim Nabuco, e publicado em 1995 pela Editora da Universidade Federal de Pernambuco, sob os auspícios da Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH.

No que diz respeito a sua contribuição em obras coletivas, vale salientar a sua participação na elaboração de mais de cem verbetes do *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão e editado por Iniciativas Editoriais, Lisboa 1963-1971, 4v, na *Enciclopédia Focus*, Lisboa Editora Sá da Costa; *História da Religião do Novo Mundo*, Washington 1958, com o artigo "Holandeses e calvinistas e a tolerância religiosa na América Portuguesa"; no livro comemorativo ao tricentenário

do falecimento de João Maurício de Nassau (1604-1679), *Um príncipe humanista na Europa e no Brasil*, publicado em língua inglesa, Amsterdam 1979, com o artigo “Vicente Joaquim Soler no Brasil holandês”; nos “Aditamentos e Correções” à 2ª ed. dos *Anais Pernambucanos*, de F. A. Pereira da Costa. 10 v. Recife: Fundarpe, 1983-1985 (Coleção Pernambucana; 2ª fase, v. 2-11), e na *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*, por ele dirigida a partir de 1965.

Entre suas obras, além de *Tempo dos Flamengos*, hoje na terceira edição, citariamos a publicação da obra em três volumes, *Restauradores de Pernambuco*, reunindo as biografias de *João Fernandes Vieira* 2v, Francisco de Figueiroa, Antônio Dias Cardozo, Henrique Dias, Dom Antônio Filipe Camarão, Filipe Bandeira de Melo, Francisco Barreto e Frei Manuel Calado do Salvador, escritas sob encomenda da então Universidade do Recife e publicadas separadamente (1954-56), e Antônio Fernandes de Matos, em 1957; bem como do livro exemplo de metodologia histórica, com capítulos modelares de como se deve conduzir uma pesquisa na área das ciências sociais: *Estudos Pernambucanos. Crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*, publicado em 1960 e a 2 ed. Recife 1986.

Outras de suas obras mereceriam figurar nesta relação, mas desejo eu apenas citar a sua mais recente produção, onde José Antônio Gonsalves de Mello veio superar a si próprio no seu afã de descobrir a verdade no complicado quebra-cabeças da pesquisa histórica. Estou a referir-me ao seu livro, *Gente da Nação. Cristãos-Novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*, editado no Recife pela Editora Massangana da Fundação Joaquim Nabuco, em 1989; obra esgotada em três meses, é hoje objeto de uma segunda edição graças ao interesse do bibliófilo Dr. José E. Mindlin e do patronato do Dr. Joseph Safra.

Repetindo Evaldo Cabral de Mello, in *Olinda Restaurada*. São Paulo: USP, 1975, José Antônio Gonsalves de Mello “*não é apenas o grão-mestre da história de Pernambuco e do Nordeste. É também o mais vigilante guardião dos valores que ela encerra*”.

BIBLIOGRAFIA

ABREU E LIMA, José Ignácio de (1794-1869). *Compêndio de História do Brasil*. Recife, 1843.

_____. *Sinópsis ou dedução cronológica dos fatos notáveis da história do Brasil*. 1846; 2. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982 (Coleção Recife, 28)

CANECA, Frei Joaquim do Amor Divino, (1779-1823). *Obras Políticas e literária*. Recife: Typhographia Mercantil, 1875; 2 ed. Recife, Assembléia Legislativa, 1972.

CAVALCANTI, Francisco do Brito Bezerra. *Catálogo das reais ordens existentes no arquivo da extinta provedoria da fazenda real de Pernambuco*. Mss. 1799.

COELHO, Duarte de Albuquerque. *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. (Coleção Recife, v. 12).

COSTA, F. A. Pereira da, (1851-1923). Relatório sobre a Biblioteca Pública. *Jornal do Recife*. Recife, 9 maio, 1876.

_____. *Relatório ao Presidente da Província de Pernambuco etc*. Recife: Tip. de Manuel Figueiroa de Faria & Filhos, 1886, 10 pp.

_____. *Dicionário biográfico de pernambucanos célebres*. Recife: Typographia Universal, 1892. 2ª ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. 816 p. (Coleção Recife; v. 16).

_____. “Relatório sobre os arquivos públicos de Olinda” *Revista do Instituto Arqueológico*. Recife, 1893, v. 43. pp. 21-100.

_____. *Anais Pernambucanos*. Recife: Arquivo Público Estadual, 1951-1966, 10v; 2ª ed. Recife, Fundarpe, 1983-1985. 10 v. il. (Coleção Pernambucana 2ª fase, v. 2-11, v. 24). Aditamentos e correções por José Antônio Gonsalves de Mello.

COUTO, Domingos do Loreto. *Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1904; 2 ed. Recife:

Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981 (Coleção Recife; v. 9)

DIÁRIO de Pernambuco, 17 nov. 1836, 16 set. 1840; 2-3, 5 out. 1840; 13 dez. 1850; 16 mar. 1844; 19 jul. 1844; 17 jan. 1845; 23 jan. 1852; 22 jan. 1862; 12 fev. 1886; 2 set. 1886; 11 out. 1861.

FIGUEIREDO, Antônio Pedro de. "A carteira" *Diário de Pernambuco*, 27 fev. 1860; 5 mar. 1860; 11 out. 1861.

FONSECA, Antônio José Vitoriano Borges da. *Nobiliarquia pernambucana*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1935.

GAMA, José Bernardo Fernandes. *Memórias históricas da Província de Pernambuco*. Recife: 1840-1847, 4v.

GASPAR, Lúcia. *José Antônio Gonsalves de Mello - Cronologia e bibliografia*. Recife: Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco/Associação Nacional de Professores Universitários de História, 1995. 57 p.

INVENTÁRIO das armas e petrechos bélicos e dos prédios existentes no Recife quando da restauração de 1654. Recife, 1838; 2. ed. Recife: Imprensa Oficial, 1940.

JABOATÃO, Antônio de Santa Maria. (1695-1779). *Novo orbe seráfico brasílico*. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Machado Gomes Ribeiro, 1858.; 1 ed. Lisboa, 1761, 2v; 2 ed. Rio de Janeiro, 1858, 2v.; 3 ed. Recife, Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980, 2v.

LUNA, Padre Lino do Monte Carmelo. *Memória histórica e biográfica do clero pernambucano*, 1857; 2. ed. Recife: Governo do Estado, 1976 (Coleção Pernambucana, v.3)

MARIZ, Francisco Soares. (c 1760-1819). *Instituições canônico-pátrias para uso do clero pernambucano*. Rio de Janeiro, 1822.

MARTINS, Joaquim Dias (Padre). *Os mártires pernambucanos vítimas da liberdade nas duas revoluções ensaiadas em 1710 e 1817*. Pernambuco: Typ. De F.C. de Lemos e Silva, 1853.

MELLO, Antônio Joaquim de. *Biografias de alguns poetas e homens ilustres da província de Pernambuco*. Recife: Typographia Universal, 1856-58. 3v.

MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste 1630-1654*. São Paulo: USP, 1975. 390 p.

_____. *Rubro veio. O imaginário da Restauração Pernambucana*. Rio de Janeiro, 1986, 472 p.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. "O Cronista do Estado do Brasil e Pernambuco". *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 1993. p. 9-19.

_____. *Antônio Dias Cardozo: sargento do terço de infantaria de Pernambuco*. Recife: Universidade do Recife, 1954. 51 p.

_____. *D. Antônio Felipe Camarão: capitão-mor dos índios da costa do Nordeste do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954. 64 p.

_____. *Filipe Bandeira de Melo: tenente do mestre de campo general do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954. 61 p.

_____. *Francisco de Figueiroa: mestre de campo do terço das ilhas em Pernambuco*. Recife: Universidade do Recife, 1954. 51 p.

_____. *Frei Manuel Calado do Salvador: religioso da Ordem de São Paulo, pregador apostólico por Sua Santidade, cronista da restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954. 119 p.

_____. *Henrique Dias: governador dos pretos, crioulos e mulatos do Estado do Brasil*. Recife: Universidade do Recife, 1954 71 p.

_____. *João Fernandes Vieira: mestre de campo do terço de infantaria de Pernambuco*. Recife: Universidade do Recife, 1956. 2 v. il.

_____. *Antônio Fernandes de Matos 1671-1701*. Recife: Amigos do DPHAN, 1957. 136 p.

_____. *Restauradores de Pernambuco: biografias de figuras do século XVII que defenderam e consolidaram a unidade brasileira*.

Recife: Imprensa Universitária, 1967. 3 v. il.

_____. *Estudos Pernambucanos: Crítica e problemas de algumas fontes da história de Pernambuco*. 2 ed. Recife: Fundarpe, 1986. (Coleção Pernambucana, 2ª fase v. 23)

_____. “Holandeses e calvinistas e a tolerância religiosa na América portuguesa”. In: *História da religião do novo mundo*. Washington, 1958.

_____. “Introdução”. In: COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. 2 ed. Recife, 1983, v. 1 (Coleção Pernambucana, 2ª fase v. 2)

_____. “O Mosteiro de São Bento e seus cronistas”. In: *Benedictinos em Olinda - 400 anos*. Recife: Sanbra, 1986. p. 27-39

_____. “Pesquisa histórica e historiográfica em Pernambuco”. *Arrecifes*, Recife: Conselho Municipal de Cultura, n. 5, p. 15-21, 1992.

_____. *Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947; 2. ed. Recife; Governo do Estado de Pernambuco, 1978; 3 ed. Recife: Ed Massangana, 1987. 294 p. il.

_____. “Vicente Joaquim Soler no Brasil holandês”. In: *Um príncipe humanista na Europa e no Brasil*. Amsterdam, 1979.

_____. *Gente da nação: cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542-1654*. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 1989. 552 p. il.

PUNTONI, Pedro. “Transição e inovação na obra de José Antônio Gonsalves de Mello”. *Novos estudos*. São Paulo, CEBRAP, n. 35, p. 246-252, 1993.

RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil, sua evolução e problemas atuais*. 2 ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

SANTIAGO, Diogo Lopes. *História da Guerra de Pernambuco - 1630-1654*. 1ª ed. integral. Recife: Fundarpe, 1983 (Coleção Pernambucana 2ª fase v. 1). 612 p. il.